



**CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)**  
**Ata da 4ª reunião, realizada em 8 de novembro de 2021**

1 Em 8 de novembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e  
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago  
6 Figueiredo Santana, representante da SEMAD. Representantes do poder  
7 público estadual: Verônica Ildfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado  
8 de Governo (Segov); Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado  
9 de Minas Gerais (MPMG); Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de  
10 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto  
11 Fiorine, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);  
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e  
13 Mobilidade (Seinfra). Representantes do poder público municipal: Antônio  
14 Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Eduardo Machado de  
15 Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Meirelene Arantes dos  
16 Reis, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Lucas de Oliveira  
17 Castro, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Nayara Gabrielli de Freitas Borges,  
18 da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara. Representantes dos usuários de  
19 recursos hídricos: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do  
20 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação  
21 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de  
22 Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Nelson Cunha Guimarães, da  
23 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira,  
24 da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).  
25 Representantes da sociedade civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do  
26 Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas  
27 Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn Filho,  
28 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do  
29 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG);  
30 Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade  
31 Federal de Minas Gerais (UFMG) – Campus Montes Claros. **Assuntos em**  
32 **pauta**. **1) ABERTURA**. O presidente suplente Thiago Figueiredo Santana  
33 declarou aberta a 4ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2)**  
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**. Conselheira Maria Teresa Viana de  
35 Freitas Corujo: “Primeiro lembrar a necessidade de se incluir junto com a pauta  
36 da última reunião, de outubro, a apresentação feita sobre a bacia do rio

37 Paracatu. Não se encontra no site. Ficou combinado que iriam ser inseridos no  
38 site os dados sobre as outorgas de água subterrânea, mas não estão ainda  
39 disponíveis. Uma segunda informação que nós queremos trazer para esta  
40 Câmara é algo que está preocupando, que é a lavra de aluvião de ouro. Embora  
41 na DN 74 e na DN 217 tenham se mantido os critérios para classificação, nós  
42 estamos sendo surpreendidos, inclusive, com uma concessão no rio das  
43 Velhas. Todas são licenças ambientais simplificadas, dadas pelas  
44 Superintendências, pelas Suprams. Uma delas, inclusive no leito do rio das  
45 Velhas, no trecho de Rio Acima, antes da captação de Bela Fama. Tem uma  
46 outra que fomos demandados a poder levar alguma orientação, que é no rio  
47 Araçuaí, também antes de captações de água de abastecimento público. E uma  
48 envolvendo ainda a fase de pesquisa no rio Santo Antônio, em Ferros. Eu quis  
49 trazer aqui, em nome do Instituto Guaicuy e de quem atua na questão de águas,  
50 diante da grande preocupação que nós estamos testemunhando, gradativa, de  
51 escassez e situações complicadas de acesso à água por parte da população. E  
52 ter lavra de aluvião de ouro nos leitos dos rios com licenças ambientais  
53 simplificadas nós entendemos que há que se pensar qual seria o  
54 encaminhamento ou uma reavaliação sobre esse tipo de lavra de aluvião de  
55 ouro nos leitos dos rios. Por quê? No caso do rio das Velhas, que conhecemos  
56 bem – inclusive o próprio Instituto Guaicuy tem uma grande atuação nessa área  
57 –, nós somos conhecedores de que no leito do rio das Velhas tem muito metal  
58 pesado. Inclusive, a captação da Copasa, com seu tratamento, não elimina da  
59 água que a população bebe metais pesados. Uma lavra de aluvião que revolve  
60 o leito do rio onde tem esses sedimentos é lógico que vai trazer esses  
61 sedimentos e vai ampliar mais ainda o impacto à qualidade do rio das Velhas  
62 antes da captação de Bela Fama, isso sem se falar que não existe um controle  
63 real se o empreendedor não está usando os produtos químicos para realmente  
64 já fazer a separação do que é areia e do que é ouro. Então eu só estou  
65 trazendo aqui um informe que foi solicitado trazer. Nós entendemos que não se  
66 pode colocar mais em risco o que ainda se tem de garantia de acesso à água  
67 com qualidade, porque, inclusive, a nosso ver, esse caso específico envolve a  
68 saúde pública. E um outro caso que também solicitaram que eu trouxesse em  
69 ‘Assuntos Gerais’, diretamente relacionado com legislação e com água, é a  
70 questão de disposição de rejeito em cava diante do fato de que em 2020,  
71 também através de uma licença ambiental simplificada, foi licenciada a  
72 disposição do rejeito do rompimento da barragem em Brumadinho, pela Vale, a  
73 disposição desse rejeito na cava da mina Córrego do Feijão, com questões que  
74 nós sociedade consideramos graves. Porque a cava Córrego do Feijão chegou  
75 ao lençol freático, e esse rejeito está sendo colocado numa cava com essa  
76 questão que tem possíveis e quase certos impactos às águas subterrâneas,  
77 àquela questão do território, que é a parte hidrogeológica. E isso também com a  
78 licença ambiental simplificada concedida pela Suppri, apesar de serem rejeitos  
79 de mineração de ferro numa cava que já chegou ao nível ou passou do nível do

80 lençol freático. Essas são as nossas colocações aqui no início na reunião,  
81 porque essa Câmara é normativa e recursal, é um espaço para se tratar, como  
82 está nos objetivos, do que tem a ver com a questão da água. E essas três  
83 questões que eu trouxe aqui nós entendemos muito graves, e tem que ser  
84 encontrada uma forma de que seja reavaliado o que está sendo concedido de  
85 licenças para essas atividades nesse formato.” Presidente Thiago Figueiredo  
86 Santana: “A secretaria executiva gostaria de se manifestar sobre o envio da  
87 apresentação com os dados atualizados, por gentileza?” Vânia Mara de Souza  
88 Sarmiento/SEMAD: “Estamos verificando a disponibilização da apresentação no  
89 site. Assim que verificado eu retorno.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “A  
90 minha fala será breve, só para poder colocar aqui e chamar os demais  
91 conselheiros também à temática, um tema que tem nos causado preocupação e  
92 estamos acompanhando há algumas semanas, inclusive também atividades do  
93 IGAM, Defesa Civil e demais entidades, acerca da evacuação de pessoas que  
94 se encontram na zona de autossalvamento de uma barragem de água em  
95 Paraisópolis, Sul de Minas. Questão extremamente preocupante, impacta a vida  
96 de diversas pessoas, pessoas atingidas, impactadas. E nos causa preocupação  
97 porque, fazendo um paralelo com a temática de barragem de rejeito de  
98 mineração, onde nós tivemos episódios tristes, trágicos, na história do nosso  
99 Estado, fato é que as barragens de água me parecem que não têm tido, de uma  
100 forma geral, o mesmo olhar que as barragens de mineração, após as tragédias,  
101 acabaram tendo. O mesmo olhar que as barragens de mineração, após aqueles  
102 dois eventos traumáticos vivenciados na nossa história recente, as agências, os  
103 órgãos, de uma forma geral, voltaram. Me parece que nós precisamos também  
104 ter essa atenção, uma vez que há algumas dessas estruturas que são antigas,  
105 construídas décadas atrás. Muitas vezes os municípios, quando se tratam de  
106 estruturas pertencentes aos municípios, não tem informações adequadas sobre  
107 como foi o método construtivo, quais são as características do solo, quais são  
108 as informações geotécnicas e por aí. A situação que nós estamos enfrentando  
109 hoje em Paraisópolis, em que a atual gestão do município tem tentado buscar  
110 informações, mas existe um verdadeiro desconhecimento, já que se trata de  
111 uma estrutura construída há muitos anos. Então eu venho compartilhar com os  
112 conselheiros essa preocupação do Ministério Público. Já manifestei junto ao  
113 IGAM, espero que tenha chegado à Presidência, ao Marcelo Fonseca, a nossa  
114 intenção de estreitarmos alguns diálogos para que possamos ter uma força de  
115 trabalho para que possamos analisar, de forma adequada, as estruturas que  
116 também são preocupantes, que também tem pessoas em sua zona de  
117 autossalvamento, também precisam de um plano de ação de emergência. E  
118 muitas vezes isso não é verificado aos casos concretos. Não estou falando aqui  
119 de município, necessariamente, mas de estruturas de contenção de água de  
120 uma forma geral. Quero registrar aqui que, de fato, o município de Paraisópolis  
121 tem envidado esforços para poder atuar no caso concreto. Não estou fazendo  
122 aqui um juízo de valor, não é isso, mas é importante que voltemos nossos olhos

123 para essas estruturas, voltemos os nossos olhos para os impactos que elas  
124 podem causar nas famílias que estão a jusante, para que assim possamos  
125 evitar situações calamitosas que eventualmente possam acontecer. Só  
126 compartilhar isso com os demais conselheiros.” Presidente Thiago Figueiredo  
127 Santana: “Conselheiro Felipe, eu já entrei em contato com a diretora de  
128 Monitoramento Hidrometeorológico e Eventos Críticos do IGAM, e na próxima  
129 reunião da CNR nós vamos fazer uma apresentação sobre a atuação no  
130 controle das barragens de reservação de água, que são de responsabilidade do  
131 órgão outorgante. Eu acho que é importante trazer esse nivelamento de  
132 informações, até porque é um universo de barragens muito maior que as  
133 barragens de mineração que existem no Estado, e também algumas com muitos  
134 anos de construção, sem qualquer tipo de informação técnica para auxiliar  
135 nesse processo de mitigação quando ocorrem essas fissuras e outros  
136 problemas da estrutura. Então fica para a próxima reunião uma apresentação  
137 sobre esse item, até atender a expectativa do senhor. E sobre a questão de  
138 Paraisópolis o atendimento está sendo feito junto com a Cedec, algumas  
139 intervenções estão sendo feitas, as pessoas já foram retiradas da zona de  
140 autossalvamento. Além de tudo, está sendo feito rebaixamento do nível da água  
141 da represa para fazer uma melhor avaliação da estrutura. São as informações  
142 que eu tenho de pronto aqui.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só para  
143 poder complementar. Sim, essas informações nós estamos acompanhando.  
144 Chegamos a fazer uma recomendação à Defesa Civil para que efetuasse a  
145 evacuação há 15 dias, aproximadamente, que havia algumas resistências, e  
146 havia necessidade de evacuação de pronto. E o Ministério Público, inclusive,  
147 ajuizou ação já na Comarca há mais de uma semana sobre questões de  
148 segurança de barragens de água. Mas eu queria, apenas para compartilhar com  
149 os conselheiros, o porquê do meu comentário. Vejam a situação de  
150 Paraisópolis. Durante a auditoria externa, em junho de 2020, houve uma  
151 orientação da auditora para que fosse acionado o plano de ação de emergência.  
152 E somente agora neste ano, quando a situação só se agravou, é que nós  
153 tivemos essa implementação. Por que eu coloco isso? Durante esse tempo  
154 todo, no período chuvoso do ano anterior, poderia ter acontecido uma tragédia.  
155 Então eu acho a essas estruturas precisamos realmente voltar os olhos. Mais  
156 uma vez, não estou fazendo juízo de valor, mas clamando para que possamos  
157 fazer esse trabalho, e estamos à disposição, senhor presidente, para que o  
158 Ministério Público possa, dentro das suas atribuições, contribuir naquilo que ele  
159 pode contribuir, para que façamos esse trabalho conjunto, que é em prol da  
160 sociedade mineira. Só para poder compartilhar mais esse dado para  
161 exemplificar o quão importante é esse nosso trabalho.” Conselheiro Carlos  
162 Alberto Santos Oliveira: “São duas perguntas. Primeiro para o Dr. Felipe Faria.  
163 A ação ajuizada, Dr. Felipe, qual o objeto? E segundo para a Presidência: se  
164 ainda nesta reunião de hoje é possível prestar mais algumas informações. Esse  
165 assunto interessa muito à Faemg.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “No

166 caso, como no município de Paraisópolis, o abastecimento de água é feito pela  
167 SAAE municipal, foi ajuizada uma ação em desfavor do município, o SAAE, que  
168 tem personalidade jurídica, para que implementasse uma série de medidas  
169 emergenciais e elaboração de estudos para medidas definitivas posteriores para  
170 garantir a segurança da estrutura. De forma que, quando houver uma  
171 segurança e uma redução do nível de emergência, as famílias possam,  
172 inclusive, eventualmente, retornar às suas moradias. Eu sei que essa pergunta  
173 não foi direcionada à minha pessoa, mas atualmente as famílias que foram  
174 evacuadas se encontram em hospedagens custeadas pelo município, e o  
175 desafio em realidade hoje é a retirada dos animais. A última informação – posso  
176 estar desatualizado por causa do final de semana, peço desculpas – é que  
177 estava um desafio encontrar um local adequado para os animais que  
178 permaneciam na zona de autossalvamento. A situação continua preocupante,  
179 realmente existe um esforço no rebaixamento do nível de água para diminuir a  
180 pressão na estrutura e também, no caso de eventual sinistro, o impacto que  
181 possa causar, mas esse próprio rebaixamento eu acho que precisamos discutir  
182 com os órgãos técnicos a velocidade, a intensidade, já que nós estamos  
183 aproximando do período chuvoso e nós temos visto chuvas decamilenares com  
184 frequência maior do que estamos acostumados. Então isso nos causa um  
185 pouco de preocupação. Então a ação ajuizada, conselheiro, foi realmente  
186 direcionada em desfavor do município no sentido de buscar medidas  
187 emergenciais, ser feito um trabalho técnico, ser feita a revisão da zona de  
188 autossalvamento, que são medidas que visam garantir a salvaguarda da  
189 integridade física das pessoas que estão abaixo da barragem.” Presidente  
190 Thiago Figueiredo Santana: “Carlos Alberto, eu não estou com as informações  
191 de pronto aqui e vou pedir ao senhor para aguardar com certeza ansiedade na  
192 nossa próxima reunião, que a equipe técnica que atua sobre essa temática vai  
193 estar aqui presente para fazer o esclarecimento. Eu peço a compreensão nesse  
194 sentido. Senhores, eu vou pedir à secretaria executiva para passar uns vídeos  
195 institucionais, neste momento, sobre algumas premiações recebidas pelo  
196 Sistema e reforçar o convite a todos os senhores e também a quem está nos  
197 acompanhando no YouTube para o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos  
198 Hídricos, que vai ser realizado em Belo Horizonte, de 21 a 26 de novembro.  
199 Aproveitar, antes dos vídeos, e dar as boas-vindas à Prefeitura de Belo  
200 Horizonte, que tomou posse em substituição à Prefeitura de Betim. Sejam bem-  
201 vindos à nossa reunião, à nossa Câmara Normativa e Recursal.” Em seguida,  
202 foram feitas exibições de vídeos institucionais sobre a realização do XXIV  
203 Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em Belo Horizonte, e as premiações  
204 recebidas pelos órgãos do Sisema no Prêmio Gestão Ambiental, da ONG  
205 Zeladoria do Planeta, sobre os seguintes temas: - Ação de educação ambiental  
206 do Parque Estadual do Limoeiro; - Programa Diálogos com o Sisema; -  
207 Programa Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi); - Sistema de  
208 Emissão de Boletins e Alertas Meteorológicos, do IGAM. Vânia Mara de Souza

209 Sarmiento/SEMAD: “Senhor presidente, só para informar à conselheira Maria  
210 Teresa e aos demais que já foi disponibilizado o link. Ele estava publicado, nós  
211 tiramos e voltamos de novo. Teca, se você puder olhar por gentileza agora se  
212 está acessando, só para verificar e atender a sua demanda.” **3) EXAME DA**  
213 **ATA DA 3ª REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por unanimidade a ata da 3ª reunião  
214 da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 4 de outubro de 2021, com a  
215 seguinte correção: – Linha 236, onde está escrito “e não águas superficiais”,  
216 leia-se “e não há águas superficiais”. Votos favoráveis: Segov, MPMG, Seapa,  
217 Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg,  
218 Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG.  
219 Ausências: Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa e  
220 CRBio. Abstenção: Prefeitura de Belo Horizonte. Abstenção justificada pelo  
221 motivo de o conselheiro representante da Prefeitura de Belo Horizonte não ter  
222 participado da 3ª reunião da CNR, tendo em vista ter tomado posse nesta data.  
223 **4) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO CONTRA A**  
224 **APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTE À INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE**  
225 **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. 4.1) JMG Participações,**  
226 **Empreendimentos e Agropecuária Ltda. Divinópolis/MG. Infração:**  
227 **descumprir as orientações técnicas dos órgãos ambientais, nos casos de**  
228 **dano ou ameaça de dano à população e/ou recursos hídricos. PA**  
229 **708732/2021, AI 233309/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração**  
230 **(NAI/IGAM. Retorno de vista: Faemg.** Recurso indeferido por maioria nos  
231 termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM: Segov,  
232 MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo  
233 Horizonte, Prefeitura de Viçosa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG.  
234 Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram e Copasa. Ausências: Prefeitura de São  
235 João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara e Siamig. Justificativas de  
236 votos contrários. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário por  
237 entender que a forma de correção monetária dos valores aplicados deveria  
238 ocorrer pela tabela da Corregedoria do Tribunal de Justiça.” Conselheiro Carlos  
239 Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário pelas mesmas razões elencadas pela  
240 conselheira Denise e por entender, no mérito, que houve, sim, a entrega do  
241 documento dentro do prazo legal.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu voto  
242 contra pelos mesmos motivos apresentados pela Dra. Denise.” Conselheiro  
243 Nelson Cunha Guimarães: “Contrário pelos motivos já expostos, a questão da  
244 correção.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO**  
245 **DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS. 5.1)**  
246 **Bioenergética Vale do Paracatu S/A. João Pinheiro/MG. Processo de**  
247 **Outorga 26250/2014. Captação em corpo d’água para Irrigação. SEI**  
248 **2240.01.0005486/2021-14. Apresentação: IGAM/Urga Noroeste de Minas.**  
249 **Retorno de vista: Faemg, Siamig, Fiemg e Ibram.** Recurso indeferido por  
250 maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM:

251 Segov, MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de  
 252 Belo Horizonte, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Copasa,  
 253 CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Votos contrários: Fiemg, Faemg,  
 254 Ibram e Siamig. Ausências: Prefeitura de São João do Manteninha.  
 255 Justificativas de votos contrários. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto  
 256 contrário por entender que não houve descumprimento de condicionante, o  
 257 indeferimento do processo deveria ter sido por outro motivo, tal qual a  
 258 caducidade do direito de outorga, e que o processo eu entendo que deveria ser  
 259 baixado em diligência. Mas, como não foi, então meu voto é contrário.”  
 260 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário pelas mesmas  
 261 razões elencadas pela conselheira Denise.” Conselheiro João Carlos de Melo:  
 262 “Meu voto é contrário pelos motivos já comentados, acrescentando algo mais,  
 263 especificamente, sobre como foi apresentado esse auto de infração na  
 264 documentação encaminhada ao empreendedor. Citava lá que tudo isso seria  
 265 específico em um determinado item que não estava bem caracterizado, uma vez  
 266 que o empreendimento não foi implantado.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira:  
 267 “Também contrário ao parecer porque, no meu entendimento também, a  
 268 informação complementar solicitada era referente ao cumprimento de uma  
 269 condicionante que não seria possível de ser cumprida, ser medida. E acho que  
 270 o indeferimento poderia ter ocorrido, sim, mas com base no artigo 1º, que é a  
 271 não instalação da outorga dentro daquele prazo de um ano previsto na própria  
 272 outorga. No próprio corpo da outorga tem essa condição. Então essa é a minha  
 273 justificativa para o voto contrário.” **6) MINUTAS DE DELIBERAÇÃO**  
 274 **NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de**  
 275 **Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa**  
 276 **CERH-MG nº 66, de 17 de novembro de 2020, que estabelece as Unidades**  
 277 **Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais. Apresentação:**  
 278 **IGAM/Gerência do Sistema Estadual da Informação em Recursos Hídricos**  
 279 **(GEIRH). Item retirado de pauta com pedido de vista do Instituto Guaicuy.**  
 280 Justificativa. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Instituto  
 281 Guaicuy está pedindo vista a pedido dos próprios Comitês de Bacia, através do  
 282 Fórum, para eles poderem conhecer melhor, inclusive, essa delimitação  
 283 geográfica, que está só no texto, e eles querem olhar isso.” **6.2) Minuta de**  
 284 **Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa**  
 285 **CERH-MG nº 69, de 9 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais**  
 286 **para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de**  
 287 **Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções,**  
 288 **composição e estrutura. Apresentação: Gerência de Apoio aos Comitês de**  
 289 **Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa (GECBH/IGAM).**  
 290 A Câmara deliberou por unanimidade pela baixa em diligência da minuta de  
 291 Deliberação Normativa para reavaliação quanto à adequação legal do artigo 1º  
 292 e atendimento de prazo proposto no artigo 2º. Votos favoráveis: Segov, MPMG,

293 Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo Horizonte,  
294 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram,  
295 Copasa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Ausências: Prefeitura de  
296 São João do Manteninha e Siamig. **7) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria  
297 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Na ocasião, eu não pedi destaque, mas fui  
298 solicitada de manifestar hoje aqui nome do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia,  
299 através do professor Marcus Vinícius Polignano, que é o que já foi manifestado  
300 aqui por mim em nome do Fórum na leitura de um documento enviado pelo  
301 Fórum à SEMAD, que tem a ver com o Decreto 48.209, que reformulou o  
302 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de uma forma, entendida por nós, sem  
303 a devida participação democrática, inclusive sem ter havido a participação dos  
304 próprios Comitês de Bacia. Manifestar mais uma vez esse posicionamento  
305 contrário à forma como foi feito esse decreto e a necessidade, mais uma vez  
306 manifestada, de abertura de um diálogo sobre esse tema com os Comitês de  
307 Bacia e com a sociedade em geral. Então eu estou aqui reiterando uma  
308 manifestação do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, mais uma vez junto ao  
309 Estado, seja a SEMAD, o IGAM e todos os agentes públicos, em relação ao  
310 Decreto 48.209. E que fique registrado porque foi uma demanda recebida e  
311 mais uma vez reiterada aqui. Nós já tínhamos vivenciado em 2015 algo similar  
312 em relação ao COPAM, quando houve grandes mudanças no nosso  
313 licenciamento ambiental, em nossas estruturas do COPAM sem terem sido  
314 deliberadas pelo próprio COPAM. E agora somos testemunhas de algo na  
315 mesma direção em relação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. E aí  
316 estou reiterando essa solicitação de se abrir e se iniciar um diálogo sobre esse  
317 tema, já que o decreto não contemplou a participação da sociedade e dos  
318 Comitês de Bacia.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Só fazer um  
319 esclarecimento que foi formalmente recebido pela SEMAD, e a secretária deve  
320 se manifestar. Eu creio que devido a alguns contratempos até por causa da  
321 viagem à COP-26 não tenha ocorrido em tempo oportuno, mas é sabido  
322 internamente que ela vai se manifestar. E o nosso diretor-geral do IGAM  
323 informou que ela se manifestará até mesmo junto ao Fórum Mineiro de Comitês  
324 de Bacia.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
325 tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão,  
326 da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

331 **Thiago Figueiredo Santana**  
332 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**